

EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL / EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA¹

Alzira Isabel ROSA*

Este artigo é fruto das experiências vividas e assumidas enquanto representante da disciplina de Educação Física no Setor Pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura do Município de São José, SC.

O Ensino da Educação Física na área da Educação Infantil no Município de São José é bastante recente, porém significativo. Em 1994, o município possuía quatro creches (nomenclatura usada na época) e só havia o professor de Educação Física em dois unidades, o trabalho era feito de acordo com a formação profissional de cada um e não era necessário ter nível superior para se trabalhar na rede com esta faixa etária. Nessa época o setor pedagógico possuía uma representante apenas na área de Educação Infantil e esta, já direcionava seu trabalho com a visão de que a Educação Infantil deveria ter profissionais específicos da área de Educação Física e assim as orientações pedagógicas eram feitas nas experiências vividas por cada profissional, as quais nem sempre vinham de cursos ou práticas voltadas para a educação (proposta pedagógica-educação infantil). Em 1995, com o concurso público para o magistério, a coordenação das creches no município vê a necessidade de contratação de professores de Educação Física para todas as unidades escolares, porém, ainda não possuíam nenhuma proposta pedagógica, e aceitava-se o professor não graduado. As atividades eram ministradas de forma tradicional, sob a orientação ainda de pedagogas da Educação Infantil. Em 1997, a disciplina se faz representar, no setor pedagógico da secretaria de educação e um grande avanço se faz presente, com leis direcionadas para a prática da disciplina, dando mais ênfase para a pré-escola, e as outras faixas etárias eram trabalhadas de acordo com a carga horária de cada professor. Havia oito creches. Com uma nova

perspectiva para a educação do município, em 1998 a contratação de uma consultoria específica para área, tanto para a coordenação pedagógica, como para todos os profissionais envolvidos com a área. Quando assumimos a tarefa de construção de uma proposta pedagógica para a rede municipal, muitos desafios se manifestaram na intenção de melhor direcionar a forma como vinha sendo organizada a disciplina, partindo do pressuposto de que tínhamos uma lei a seguir, LDB, art. 32 cap 3 parágrafo único: “Na educação infantil, o ensino da arte e a educação física são componentes curriculares obrigatórios, ajustando-se as faixas etárias e as condições das crianças” Subtende-se que como componente curricular, não se torna obrigatório em todas as faixas etárias, apesar da citação a lei não deixar claro a obrigatoriedade da disciplina. Com objetivo de fundamentar a necessidade da referida disciplina, fomos convidados pelo conselho municipal de educação para fundamentar a presença da educação física no currículo da educação infantil. Partimos para uma proposta de que a Educação Física atendesse desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos, com os pressupostos de que todo aluno tenha direito ao acesso e permanência a uma educação de qualidade, que considere a cultura do corpo/movimento como um patrimônio de todos, que seja também um instrumento de busca de consolidação da cidadania, não podendo em hipótese alguma, caracterizar-se como instrução descontextualizada de práticas de jogos, esportes, ginásticas, danças e lutas. Uma proposta apoiada na premissa de que todo o aluno é um ser humano ativo em desenvolvimento, vivendo em ambientes dinâmicos e em constantes mudanças. A Educação Física assumiria o seu verdadeiro papel dentro de uma política educacional verdadeiramente democrática. Continuando ainda, que a

* Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José – SC.

possibilidade de concretizar tal proposta para a Educação Física poderia efetivar-se através da mediação entre as teorias do desenvolvimento humano e a ação pedagógica no cotidiano das escolas (Proposta Pedagógica - Educação Física, 2000). Uma proposta de Educação Física comprometida com a indissociabilidade dos atributos do sujeito e os da sua cultura, impõe-nos a necessidade de buscarmos nas teorias do desenvolvimento humano, o suporte teórico para nossa intenção pedagógica. Essa base teórica empresta-nos as ferramentas para delinear modelos conceituais que possam servir como referência para o planejamento e implementação de projetos educacionais (Krebs, 2000).

Com uma proposta bem fundamentada, conseguimos que no Sistema Municipal de Ensino em São José (art. 37) a disciplina de Educação Física se tornasse obrigatória, dentro da grade curricular, ministrada por profissionais com habilitação específicas em todas as séries da Educação Infantil (maternal, I e II períodos e pré) com três aulas semanais para todas as idades.

Considerando este um grande avanço para o município, continuamos nossa caminhada na busca de uma melhor qualificação para os profissionais que atuavam em todas as áreas da Educação Física, neste artigo priorizando a Educação Infantil, pois este foi o nosso grande desafio, a maioria dos profissionais qualificados ou sejam graduados não gostavam de trabalhar com esta faixa etária. Inicia-se o processo dos cursos de capacitação de 100 horas anuais, com o objetivo de organizar uma proposta pedagógica para todas as áreas. Tínhamos muito claro que a base principal seria a Educação Infantil. A grande crítica dos profissionais seria que todas as tentativas de propostas, cursos ou de formas de melhor organizar seus trabalhos eram em vão, pois tudo era muito teórico e nada prático, ou que fizesse alguma relação da tal teoria com a prática aplicada.

Assim as atividades sugeridas pela Proposta Pedagógica, são selecionadas a partir dos objetivos explicitados no Paradigma da Inteligência Motora – desenvolver competências: físico-motora, percepto-cognitiva e sócio emocional. Cada atividade subdivididas em conteúdos, cuja ênfase estiver relacionada com a consciência espaço-temporal (direcionada para o grupo), foram generalizados como jogos, e aqueles relacionados com a consciência corporal (direcionados para o sujeito) foram generalizados como exercícios. Os

conteúdos das atividades rítmicas receberam denominação específica. No início participavam dos cursos pouquíssimos professores, porém com a persistência no trabalho e a continuação de três anos sem interrupções, grandes mudanças foram sendo observadas e legitimadas. Através do processo de trabalho, atualmente, com 17 centros de Educação Infantil cumprimos a referida lei, colocando a disciplina de Educação física como integrada a este processo de construção do conhecimento da criança, fundamentando-se no artigo 32-LDB, que se refere ao desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. E os princípios norteadores do Conselho Nacional de Educação-III complementando que a criança é um ser completo, total e indivisível. Todos os profissionais envolvidos com a área participam dos cursos, grupos de estudo e ainda de projetos extracurriculares nos Centros de Educação Infantil.

Para concluir e fundamentar tudo o que tentamos apresentar nesse artigo, da evolução significativa da experiência apresentada, realizamos uma entrevista com a primeira professora de Educação Física das turmas de Educação Infantil: “Quando iniciei o trabalho com turmas dessa faixa etária, não queria trabalhar com Educação Infantil, por não estar preparada ou não ter subsídios para trabalhar com essa idade, minha noção era só de pré a oitava série, a mudança foi muito grande, para melhor, depois de 10 anos, na casa, nos últimos quatro anos com os cursos de capacitação, só tem vindo a acrescentar, a troca de experiência, a teoria, prática, e tudo nos abre a cabeça, nos sentimos comprometidos, pela oportunidade que estamos tendo, no primeiro momento o medo nos impede de chegar, descobrir o quanto se capaz, depois de se chegar lá, não se quer mais sair” Depoimento da professora Rosa Cristina Costa, hoje leciona para todas as idades inclusive projetos especiais de capoeira iniciado em um CEI. Enfatizamos que a proposta pedagógica é apenas o início de uma caminhada, sendo uma primeira síntese, já com pretensões de construção de um caderno didático para cada área de conhecimento. Os professores da rede participam de todo processo de decisão, construção e aperfeiçoamento, estando hoje um grupo coeso e participativo. Sendo que significância e persistência são palavras chaves no desempenho de nosso trabalho, para que este se torne eficaz na busca constante de uma boa qualidade de ensino.

NOTA

1. Tutorial “Educação Física na educação infantil: experiência pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Leis etc. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez.1996.

KREBS, R.J. Considerações organizacionais para educação física nas séries iniciais do ensino fundamental. **Cinergis**, v.1, n.1, p.19-38. 2000.

SANTA CATARINA (Estado). Leis etc. Lei do Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. Lei Complementar 170 de 7 de agosto de 1998. **Diário Oficial do Estado**, Florianópolis, 7 ago. 1998.

SÃO JOSÉ. Secretaria de Educação e Cultura. **Proposta curricular da rede municipal de ensino de São José: uma primeira síntese** 2000. São José, Prefeitura Municipal de Santa Catarina, 2000.

ENDEREÇO: Alzira Isabel Rosa
Av. Delamar da Silva, 140 – apto. 303
88103-000 São José - SC - BRASIL
alzirair@bol.com.br